



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 07/10/2022

1
2
3 Ao sétimo dia do mês de Outubro do ano de 2022 às 09:00, presencialmente na Sala de Situação
4 do 4º Andar do Palácio das Araucárias – SEJUF e *online* para conselheiros (as) com justificativa
5 prévia, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná
6 – COPED/PR. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:**
7 Anderson Rodrigues Ferreira (OAB), Aurélio Munhoz (AMP), Rafael Osvaldo Machado Moura
8 (MPPR), Júnior Zarur (SEJUF), João Paulo Ribeiro (SEJUF), Jonathan Serpa Sá (TJPR) e Claudio
9 Marques Rolin e Silva (SESP). **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Ana Lúcia
10 Munhoz de Oliveira (OAB-PR). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Marcel
11 Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de
12 Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP).
13 **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Jorasi Matias Borges
14 (Associação de Apoio a Moradia de Braganey); Waleiska Emília Fernandes Figueira
15 (SINDIJOR/PR). **Convidados/Colaboradores:** Poliana Castanha (SEJUF/DEDIF); Thais Diniz
16 (ALEP); Débpra Pradella - NUCIDH André Becker (Instituto Aurora). **Justificativa de Ausência:**
17 Anderson (OAB) justificou sua ausência — mas participou de forma *online*. **1. Abertura:**
18 Inicialmente, Bruna informou que o *link* foi disponibilizado para todos (as) que apresentaram
19 justificativas de impossibilidade de comparecimento à reunião presencial e em seguida, deu início
20 a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná — COPED/PR. **2.**
21 **Aprovação da pauta:** Bruna informou que a partir de agora, os pontos de pauta seriam aprovados
22 com 24 horas de antecedência e não seria mais necessário enviar à secretaria executiva, pois, a
23 partir de agora, todas as quartas-feiras após às 12 horas — após a reunião da Mesa Diretora —
24 seriam enviados os pontos de pauta para todos (as) conselheiros (as) e, quaisquer inclusões de
25 pontos de pauta, seriam apresentados na plenária e eventualmente aprovados. Além disso, Bruna
26 indicou que cada ponto de pauta apresentado não deveria exceder 10 minutos e possíveis
27 questionamentos 05 minutos — por conta da grande extensão das pautas e relatos de comissões.
28 Por fim, Bruna colocou em aprovação os encaminhamentos acima e a pauta da reunião — sem
29 ressalvas, aprovados por unanimidade. **3. Aprovação da ata da reunião de Agosto/2022 e**



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

30 **Setembro/2022:** Bruna indagou se haviam alterações. Não houve manifestação e portanto as atas
31 foram postas em aprovação — sem ressalvas, ambas foram aprovadas por unanimidade. **4.**

32 **Informes dos Conselheiros e das Conselheiras:** Não houve informes de conselheiros (as). **5.**

33 **Informes da Secretaria-Executiva:** Poliana informou que a conselheira Crica solicitou
34 desligamento da sua ONG e participaria na Comissão de Igualdade Racial, com isso, seriam
35 contatadas as suplências para verificar quais gostariam de assumir a titularidade no COPED. **6.**

36 **Apresentação do Panorama da Educação em Direitos Humanos no Brasil: Biênio 2021-2022:**

37 Primeiramente, Marcel indicou que o André Becker (Instituto Aurora) estava presente na reunião
38 e que recentemente o instituto apresentou esse panorama da educação em Direitos Humanos no
39 Brasil. Em seguida, André agradeceu o espaço de fala para apresentar a pesquisa e informou que
40 é Gestor de Pesquisas e Projetos do Instituto Aurora, esta que é uma organização social de
41 Curitiba e trabalha especificamente com o tema de educação em Direitos Humanos. Iniciando a
42 apresentação, André informou que essa pesquisa é uma segunda etapa de uma pesquisa que foi
43 iniciada em 2020 (Panorama 2019-2020), pois foi compreendido que era importante monitorar o
44 que estava acontecendo no Brasil em termos de Direitos Humanos no atual Governo e a intenção
45 era de continuar elaborando panoramas ao longo dos próximos anos. Inicialmente, André
46 apresentou as motivações do Instituto: “*EDH como uma pauta autônoma; EDH como constituinte*
47 *e da própria de educação; Cultura de Direitos Humanos; Revitalizar o movimento pela EDH; A*
48 *EDH no contexto atual: retrocesso, desconstrução e descontinuidade; Contribuir com dados sobre*
49 *a EDH que ajudem a retomada da institucionalização ou que sirvam de apoio para se pensar*
50 *outros caminhos*”. Consequente, André pontuou que essa pesquisa é dividida em duas partes:
51 Contexto Nacional; Estado a Estado. No contexto Nacional, o enfoque foi o Ministério da Mulher,
52 Família e Direitos Humanos por algumas razões, primeiramente pela desarticulação da EDH no
53 MEC, em 2019 houve o encerramento da SECADI (2004 - 2019) e o fim do Pacto Universitário
54 para a Educação em Direitos Humanos (2017 - 2019), por tanto, a pasta de Educação em Direitos
55 Humanos saiu do Ministério da Educação e foi para o Ministério da Mulher, Família e Direitos
56 Humanos. Em fevereiro de 2019, houve a extinção de vários órgãos colegiados, incluindo o Comitê
57 Nacional de Educação em Direitos Humanos e com isso, a pasta ficou concentrada apenas na
58 Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos e curiosamente essa pasta estava vaga



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

59 desde Abril/2022. André pontuou que em 20 de dezembro de 2021, foi instituído o Programa
60 Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH) e grande parte das ações
61 em geral se concentram em cursos *online* sobre Direitos Humanos, até Julho/2022 o PNEC-DH
62 alcançou mais de 700 mil matrículas e 300 mil certificados — em sua maioria de São Paulo. No
63 Contexto Nacional, André apresentou os seguintes indicadores: “*TEMA: Monitoramento da EDH*
64 *no Brasil; BIÊNIO: 2019-2020. Únicos indicadores existentes são aqueles contidos no PNEC, os*
65 *quais mostram quais regiões mais acessam os cursos online, disponíveis na Escola Virtual do*
66 *Governo. Desejam: 1) desenvolver métricas que possam monitorar outros resultados da EDH no*
67 *Brasil. 2) realizar um diagnóstico que pudesse apontar a real demanda de cada região e entre*
68 *federativo do Brasil e os grupos prioritários para EDH, considerando a heterogeneidade do país.*
69 *BIÊNIO: 2021-2022. Os únicos dados disponíveis são os do PNEC-DH. Não foram desenvolvidos*
70 *outros indicadores; não foi realizado o diagnóstico de demandas regionais. TEMA: Contato com*
71 *órgãos estaduais que promovam EDH. BIÊNIO 2019-2020: Desejo da Coordenação-Geral para*
72 *realizar levantamento de dados para diagnóstico nacional, retornando o contato com as*
73 *Secretarias de Direitos Humanos e Secretarias de Educação. BIÊNIO 2021-2022: Levantamento*
74 *não foi realizado. TEMA: Comitê Nacional de EDH. BIÊNIO 2019-2020: Extinto com a publicação*
75 *do Decreto nº 9.759 de 11 de Abril de 2019. Bonissoni recebeu a solicitação para a recriação do*
76 *Comitê, no entanto, não foi possível dar continuidade a esse pleito em razão da pandemia de 2020*
77 *e do realojamento da força de trabalho que a recriação do Comitê demandaria, dado a limitada*
78 *equipe que a Coordenação-Geral possui. A coordenadora-geral não soube informar quais são os*
79 *prejuízos causados pelo encerramento das atividades do Comitê, uma vez que ela afirma não*
80 *existir fácil acesso ao histórico de 16 anos do órgão colegiado. BIÊNIO 2021-2022: Não houve*
81 *tentativa de retomada do Comitê.”. No contexto Estadual, André indicou que a pesquisa foi*
82 *especificamente sobre EDH: influência do contexto paranaense. A metodologia buscou analisar o*
83 *grau de institucionalização da Educação em Direitos Humanos, a existência de um documento*
84 *orientador para políticas de EDH estaduais (Plano Estadual de EDH), a presença de um órgão*
85 *colegiado de EDH atualmente ativo, considerando-se o período de 2021-2022 e a existência de*
86 *um órgão de governo responsável pela implementação da EDH. A pesquisa foi feita por sites*
87 *oficiais, contatos por e-mail e telefone. A partir disso, foram definidos graus de institucionalização:*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

88 ALTO — Há um Plano Estadual de EDH, colegiado e órgão encarregado; MÉDIO — Há um
89 colegiado e órgão público encarregado pela EDH ou um dos anteriores e um Plano Estadual de
90 EDH ou referência ao Plano Nacional de EDH; BAIXO — Há um colegiado ou órgão encarregado
91 pela EDH ou um Plano Estadual de EDH; NENHUM — Não há nenhuma iniciativa de EDH oficial.
92 Segundo o padrão da escala elaborada, os resultados foram os seguintes: 03 Estados possuem
93 nível ALTO — SP, ES e AL; 09 Estados possuem nível MÉDIO — PR, MG, RJ, MS, TO, AP, PE,
94 RN e PI; 06 Estados possuem nível BAIXO — MT, AC, BA, SE, PB e CE; 02 Estados não têm
95 nenhum nível de institucionalização — RS e GO; 07 Estados não foi possível constatar por falta
96 de dados — SC, DF, RO, AM, RR, PA e MA. Por fim, André expôs quais as ações seriam
97 interessantes de serem realizadas diante do cenário apresentado, primeiramente seria entender
98 o que o PNEC-DH tem ensinado e se perguntar se a institucionalização garante a permanência
99 das políticas de EDH e se não, o que poderia garantir. Além disso, uma das ações seria a
100 construção de um banco de dados com informações detalhadas sobre estados e o monitoramento
101 e cobrança permanente da aplicação do PEEDH-PR. Marcel sugeriu que seja solicitado à ESEDH
102 quais são as ações que estavam sendo realizadas sobre o atual Plano Estadual em Educação de
103 Direitos Humanos. André informou que no início houve uma reunião com a Diretora da ESEDH e
104 havia a intenção de criar indicadores de monitoramento, quanto ao Plano Estadual, André indicou
105 que já estava bem descrito quem deveria atuar para implementar o plano — facilitando a cobrança.
106 Bruna convidou o Instituto Aurora a participar da comissão de construção do Plano Estadual de
107 Direitos Humanos. Rafael sugeriu que também sejam procuradas as Clínicas de Direitos Humanos
108 das universidades. Por fim, Bruna colocou em votação os encaminhamentos acima — sem
109 ressalvas, ambos foram aprovados. **7. Apresentação do relatório de presença dos**

conselheiros, solicitando a saída dos que tiverem faltado sem justificativa, conforme artigo
2 c/c com art. 27 II: Bruna iniciou a pauta lendo os seguintes artigos: “SEÇÃO I DA
111 *SUBSTITUIÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS) Art. 27 - Os membros titulares ou suplentes do*
112 *Conselho poderão ser substituídos por motivo de impedimento ou de força maior, mediante*
113 *solicitação oficial da entidade ou do órgão que representam, dirigida ao(à) Presidente do*
114 *Conselho, que oficiará ao(à) Chefe do Poder Executivo para a formalização da nova nomeação.*
115 *Parágrafo único - Será substituído(a), necessariamente, o(a) Conselheiro(a): I – que se*
116



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

117 *desvincular do órgão, entidade ou instituição de origem de sua representação; II – titular que faltar*
118 *a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa; III - apresentar*
119 *renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à entrega do pedido ao*
120 *Secretário Executivo; IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções; e*
121 *V - for condenado(a) por crime em sentença judicial irrecorrível. SEÇÃO II DAS FALTAS E*
122 *JUSTIFICATIVAS Art. 28 - A apresentação de justificativa às faltas, a que se refere o inciso II do*
123 *artigo anterior, deverá ser dirigida ao(à) Presidente do Conselho e entregue ao(a) seu(sua)*
124 *Secretário(a) Executivo(a), por qualquer meio escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis*
125 *após a reunião em questão. § 1º - Serão consideradas justificadas as faltas por: I - motivo de*
126 *trabalho; II - motivo de saúde; III - caso fortuito ou força maior; e IV - férias regulamentares e ou*
127 *licenças previstas em lei. § 2º - Demais casos serão apreciados e decididos por maioria absoluta*
128 *dos membros do COPED.”. Após a leitura, Bruna informou que essa pauta foi trazida devido ao*
129 *grande número de faltas de todos (as) conselheiros (as) e caso não consigam cumprir a agenda*
130 *do COPED, que solicitem suas substituições, pois o conselho não pode ser prejudicado por falta*
131 *de comprometimento dos (as) conselheiros (as). Além disso, desde então, Bruna destacou que*
132 *vinha tentando articular de forma compactuada com todos (as), alterar a lei e articular de todas as*
133 *formas possíveis para que o COPED possa ser soberano e tenha a merecida visão e*
134 *reconhecimento dentro do Estado do Paraná, não somente por ser uma travesti e buscar*
135 *representatividade a partir de uma voz de empoderamento, mas da mesma forma que o Estado é*
136 *cobrado, a Sociedade Civil deve dar a contrapartida que é o compromisso com a política e com a*
137 *luta dos Direitos Humanos. Portanto, Bruna solicitou para a Secretaria Executiva a apresentação*
138 *das faltas e justificativas dos (as) conselheiros (as), além disso, a partir da decisão tomada na*
139 *última plenária onde foi aprovado que as reuniões passariam a ser presenciais com*
140 *disponibilização de *link* apenas para quem justificar ausência, pois o Regimento Interno deve ser*
141 *cumprido. Deste modo, Poliana apresentou uma tabela de presença dos conselheiros e*
142 *conselheiras, titulares e suplentes, contando suas presenças, ausências e justificativas. Waleiska*
143 *sugeriu que a tabela seja feita por entidade e não pelo nome dos (as) conselheiros (as), pois por*
144 *exemplo, a Tamara participa do COPED há dois meses e obviamente teria muitas faltas em seu*
145 *nome. Anderson reiterou a importância da presença de todos (as) e que seria importante oficial,*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

146 independente de ser sociedade civil ou governamental, sugerindo assim, que não somente o (a)
147 conselheiro (a) seja oficiado (a), mas também seu Chefe Imediato e que caso sejam muitas faltas:
148 solicitar sua substituição imediata. Portanto, Bruna solicitou que seja encaminhado um ofício para
149 todas as instituições e que essa pauta fosse apreciada e deliberada na próxima reunião plenária.
150 Rute solicitou que a participação também fosse noticiada quanto às comissões, pois é
151 absolutamente irresponsável a presença de conselheiros (as) nas reuniões de comissões e uma
152 enorme falta de comprometimento com os direitos humanos no Estado do Paraná. Marcel sugeriu
153 que a Secretaria Executiva faça o levantamento das ausências e a plenária estabeleça um critério
154 sobre a participação nas plenárias e que, sejam oficiadas todas as instituições, sociedade civil e
155 governamental, solicitando a participação ou indicação de outros membros nas comissões.
156 Ademais, Marcel acrescentou que a lista de presença seja atualizada e encaminhada por *e-mail*
157 para todos (as) conselheiros (as), contendo a informação de que seriam oficiados. Por fim, Bruna
158 colocou em aprovação os encaminhamentos acima — sem ressalvas, foram aprovados por
159 unanimidade. **8. Informação que a mesa Diretora solicitou que as logos do conselho sejam**
160 **coloridas conforme cada data simbólica e a importância dele:** Bruna informou que houve
161 deliberação referente às datas comemorativas para *cards* e artes para serem distribuídas, onde
162 foi solicitada versões da logo do COPED em diversas cores em alusão às datas comemorativas
163 para aprimorar as redes sociais, tornando-as mais joviais, acessíveis e ativa neste sentido. Bruna
164 colocou em votação e sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **9. Ações do Outubro Rosa**
165 **(post nas redes sociais, iluminação rosa nos prédios do governo):** Bruna indicou que em um
166 primeiro momento, foi pensado em uma *live*, mas esse modelo já estava muito saturado e com
167 pouca participação. Portanto, foi sugerida uma postagem nas redes sociais sobre o Outubro Rosa
168 e Novembro Azul. Aurélio informou que a vacinação de crianças estava muito abaixo do previsto,
169 sobretudo em relação à Poliomielite, sendo um problema extremamente grave e justifica o COPED
170 tomar alguma ação para oficial a SESA pela necessidade de que o Governo do Estado realize
171 uma campanha. Aurélio pontuou que um dos motivos desse problema é o negacionismo, o
172 anticientificismo e a postura ultraconservadora que nega a ciência e a relevância das vacinas.
173 Rute informou que a campanha oficial contra a pólio havia se encerrado na última sexta-feira (30)
174 com índices baixíssimos e que nos municípios menores, mesmo com a articulação das Secretarias



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

175 de políticas de Assistência Social, Conselhos Tutelares, UBS's e Escolas, o índice foi baixíssimo.
176 Deste modo, Rute reiterou que o COPED deveria se mobilizar quanto à vacinação. Júnior reiterou
177 a importância da pauta e colocou a SEJUF à disposição para auxiliar na articulação da questão
178 através da Juliana (DPCA) e do Secretário Rogério. Bruna destacou que seria justo o Governador
179 participar dessa campanha e se posicionar mostrando aos seus 7 milhões de eleitores
180 paranaenses que eles precisam levar seus filhos para se vacinar, pois os hospitais não podem
181 suprir essa demanda de Pólio, Meningite e COVID. Bruna colocou o *post* sobre o Outubro Rosa e
182 Novembro Azul e a mobilização de uma campanha referente a vacinação das crianças no Estado
183 do Paraná em votação — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **10. Solicitar reunião**
184 **com o TRE, sobre o balancete do 1º turno das eleições e elaboração de campanhas**
185 **conjuntas nas mídias sociais, para o combate às discriminações e ameaças por posição**
186 **política diversa:** Bruna informou que a pauta foi solicitada pela Comissão de Prevenção e
187 Enfrentamento a Violência Política que vem monitorando e fazendo levantamentos através das
188 Cartas de Compromisso com TRE e TSE. Primeiramente, Marcel agradeceu a participação do
189 João na pauta e ressaltou o papel da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa
190 do Estado do Paraná e do Ministério Público, destacou que o desafio do primeiro turno foi realizado
191 e agora, no segundo turno, ainda estava em andamento e somente no dia 30 de Outubro, seja no
192 ponto de vista eleitoral, quanto em novas violações políticas. Neste contexto, Marcel destacou ser
193 salutar uma nova reunião com o TRE e perguntou a Thais como estava a relação com a
194 Corregedoria Eleitoral do TRE sobre a Nota Técnica, além disso, destacou que era necessário o
195 COPED se preocupar com a posse de todos eleitos e todas as eleitas no campo progressista, pois
196 no Rio Grande do Sul uma deputada bissexual negra estava sendo ameaçada. Marcel pontuou
197 que dois deputados eleitos que durante sua campanha eleitoral utilizaram-se de graves violações
198 de direitos humanos como estratégia de campanha e deveriam ter seus mandatos cassados,
199 assim como ocorreu com o ex-delegado Fernando Francischini. Marcel solicitou também que o
200 COPED se manifestasse em suas Redes Sociais sobre o Dia do Nordeste em combate à
201 xenofobia. Rute sugeriu a inclusão do que já foi dito pelo Supremo quanto ao combate às *Fake*
202 *News* e a punição e responsabilização dos divulgadores dessas *Fake News* para que no Paraná
203 o tratamento seja o mesmo que o Supremo dará a nível Federal. João informou que houveram



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

204 duas reuniões com o TRE, uma com o Corregedor e uma com o Presidente, onde foram
205 apresentados os esforços empreendidos para que as Eleições ocorram da melhor forma possível,
206 mas o que lhe causou bastante preocupação foi que, logo após o primeiro turno, houve uma
207 enxurrada de *Fake News* e diversas mensagens — principalmente de cunho religioso — por parte
208 de um determinado candidato, algo que deveria ser levado para o TRE. Em seguida, José Borges
209 indicou que seria pertinente o Conselho tomar providências quanto aos casos em que patrões
210 pressionam os empregados para votarem em determinados candidatos, chantageando os
211 trabalhadores e ameaçando que se os candidatos não forem eleitos, eles seriam demitidos. Ana
212 informou que o MPT fez um *post* para denunciar os patrões que estavam assediando para votar
213 em candidatos, descrevendo o caso e enviando no *link* — disponibilizado no grupo. Bruna sugeriu
214 que essa publicação do MPT fosse compartilhada nas redes sociais do COPED e SEJUF. Thais
215 informou que aconteceria uma reunião no período da tarde sobre o tema, pois são diversas
216 denúncias recebidas de que muitos empregadores estavam exigindo que seus empregados
217 apoiassem e até postassem em suas redes sociais *posts* de apoio ao Jair Bolsonaro. Em relação
218 a reunião com a Corregedoria do TRE, Thais lembrou que o documento foi elaborado em
219 conjunto e traz orientações a promotores, magistrados e delegados de polícia em relação à
220 violência política, no momento, o documento estava com a Chefe de Gabinete da Corregedoria do
221 TRE para alterações. Dessa forma, Thais propôs que seja marcada uma nova com a Corregedoria
222 para finalizar o documento coletivamente. Leonildo relatou que no dia da eleição recebeu uma
223 denúncia na Praça Tiradentes de que às 19h30 a Polícia Militar estava fazendo uma grande
224 operação contra a população em situação de rua, sendo importante que o MP, DP e o COPED
225 possam recomendar a Segurança Pública do Estado e dos Municípios para que ao invés de
226 expulsar, cuide dessas pessoas. Aurélio destacou que essa pressão por votos no Bolsonaro
227 também se estende a muitos gestores públicos, sugerindo que seja encaminhada uma
228 recomendação a órgãos públicos que veladamente têm feito campanhas ao presidente da
229 República. Rafael indicou ser importante o COPED provocar o Ministério Público em relação ao
230 combate que pode ser feito na esfera cível em relação a outras discriminações que não estão
231 previstas como crime, como a aporofobia, a discriminação contra a população de rua, contra a
232 população rural e outros tipos de discriminação contra populações vulnerabilizadas que não se



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

233 encaixem nos tipos penais/crimes de discriminação. Portanto, Bruna listou os encaminhamentos:
234 Ofício solicitando reunião com o presidente TRE; ofício à Corregedoria do TRE; *post* sobre o Dia
235 do Nordeste contra a xenofobia; Ofício ao MP sobre outras discriminações cíveis; ofício ao MP
236 questionando os acompanhamentos quanto as campanhas eleitorais do candidato eleito,
237 Delegado Tito Barichello e o candidato eleito, Dantas, em que ambos utilizam de discursos
238 violadores de direitos humanos. Bruna destacou que os candidatos estavam realizando
239 campanhas prévias com os seus cargos na Segurança Pública, pois iam as mídias sociais e
240 televisão se promover referente a casos de polícia. Por fim, Bruna colocou em votação os
241 encaminhamentos acima — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **11. Informações**
242 **sobre o cancelamento da construção das sedes dos Conselhos Tutelares, pois foi**
243 **deliberado pelo CEDCA, 5 milhões de reais:** Dando início a sua fala, Rute corrigiu que eram 3
244 milhões de reais e depois houve um adendo de 2 milhões de reais e mais 5 milhões para a Escola
245 de Conselhos que até agora não saiu do papel, desde o ano de 2014. Em 2014 o CEDCA deliberou
246 sobre as construções das sedes dos Conselhos Tutelares no Estado do Paraná e a princípio foram
247 12 sedes e destas, apenas 03 foram entregues. Além disso, 32 haviam sido aprovadas pelo
248 CEDCA e no dia 23/09/2022 foram canceladas as licitações de 16 sedes, sendo informado para
249 as representações de Conselheiros Tutelares apenas no dia 03 de Outubro de 2022. Portanto,
250 desde 2014 estava sendo aguardado com recursos já empenhados e licitações em andamento e
251 agora, de repente e sem maiores esclarecimentos, 16 sedes foram canceladas e a Escola de
252 Conselhos não saiu do papel e não se sabe onde foram parar esses recursos do FIA. Deste modo,
253 Rute destacou que era necessário minimamente esclarecer para esses municípios,
254 especificamente Pato Branco, que entrou em contato e não obteve respostas, sugerindo assim,
255 que o COPED oficie o CEDCA para que esclareça para os municípios as razões do cancelamento
256 e o que foi feito com os recursos. Bruna acrescentou que o ofício também fosse encaminhado
257 para a SEDU e a SEFA. Por fim, Bruna colocou em votação os ofícios à SESA, SEFA e SEDU —
258 sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **12. Erro Judiciário - Prisão para forçar**
259 **confissões/delações - Novas modalidades de torturas (prender para investigar no Caso**
260 **Evandro e outros casos recentes):** Marques destacou que a questão já havia sido encaminhada
261 para o MP pela Comissão de Direitos Humanos Irmãos Naves e houve uma interpretação



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

262 equivocada de que seria algo corporativista porque foram mencionados policiais, mas o fato grave
263 era de que, se os erros judiciários são praticados e mascarados contra policiais, contra o ‘cidadão
264 comum’ com maior grau de vulnerabilidade seriam ainda mais graves. O Caso Evandro foi um
265 ponta-pé inicial em uma discussão extremamente importante, pois a prisão temporária aparenta
266 ser vista uma espécie de substituição da antiga prisão ilegal para averiguação, as pessoas não
267 investigam mais, sendo construída uma narrativa através de uma delação e a partir desta narrativa
268 começa a construir a condenação da pessoa através da Imprensa. Marques indicou que o Caso
269 Evandro não foi um ponto fora da curva e se transformou em uma espécie de doutrina e foram
270 acompanhados, para evitar suicídio de policiais que são vítimas de acusações infundadas, pois o
271 risco de suicídio é muito grande devido ao desamparo destes policiais. Deste modo, Marques
272 destacou que quando todo o sistema está contra a pessoa é uma grave violação de Direitos
273 Humanos e independente do advogado, a vítima de erro judiciário no Brasil através da
274 permissividade de interpretações extensivas da Lei infelizmente é um ente processual
275 indefensável pelos métodos disponíveis. Além disso, Marques pontuou que o nível de perseguição
276 desencadeado nesses casos é muito grande e que surgem figuras paralelas atuando em nome de
277 pessoas que integram o sistema e as pessoas que foram presas sendo praticamente extorquidas,
278 por isso, trouxe a questão ao COPED para que seja elaborado algum mecanismo para que fora
279 dos gabinetes e tribunais se discuta a questão dos erros judiciários. Roselene parabenizou a fala
280 do Marques e destacou ser importantíssima, citando que o desconhecimento por parte de
281 operadores do Direito quando vão julgar uma questão também traz um erro sério, exemplificando
282 a Operação Agro-Fantasma onde agricultores familiares foram criminalizados, presos por 40 dias
283 e tiveram suas vidas destruídas e ninguém pagou por isso. Além disso, Roselene sugeriu que
284 fosse criado um grupo de discussão sobre o tema para que se possa pensar em uma forma de
285 abordar efetivamente o tema. Aurélio reforçou que a Imprensa tem um papel negativo fundamental
286 nesse processo, no sentido de pré-condenar as pessoas, pois é comum ver pretos e pobres sendo
287 expostos pela Imprensa e ricos os nomes seguem protegidos, além de ser usada como uma
288 ferramenta política eleitoral. Dessa forma, Aurélio sugeriu que a questão fosse encaminhada para
289 uma das Comissões do COPED para discutir internamente de forma mais ampla. Anderson
290 destacou que essa preocupação é enorme e que se vê instalar no sistema brasileiro o direito penal



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

291 do inimigo de Günther Jakobs, que foi construída de forma sistemática dentro do sistema penal
292 brasileiro, em que o inimigo não pode nem ser visto como cidadão, sem direito de ampla defesa e
293 condenado antecipadamente. Quanto a manifestação e estudo, Anderson indicou ter todo o apoio,
294 principalmente de advogados que observam essa sistemática de violação, tanto por parte de
295 algumas autoridades policiais, como também no Ministério Público, bem como do Judiciário, sendo
296 algo que necessita ser estudado e revisto. Marcel indicou que o desafio para o COPED era
297 encontrar maneiras de contribuir, qual seria o produto final ou ações propostas. Marques
298 complementou que essas pessoas são sufocadas e não tem espaços para falar, menor ainda é o
299 acompanhamento de todas as pessoas que precisam de medidas restauradoras e correm risco
300 de suicídio. Marcel sugeriu que o COPED realizasse uma Audiência Pública quanto ao tema. Thais
301 reiterou que o COPED era um bom espaço para realizar a audiência porque reúne as instituições
302 e a sociedade civil, sendo interessante que o COPED realize sua primeira Audiência Pública.
303 Bruna indicou que as comissões permanentes do COPED estavam sobrecarregadas. Marcel
304 solicitou que seja criada uma comissão para elaborar a Audiência Pública — a composição foi
305 definida com Marcel, Aurélio, Bruna, Cláudio Marques, Roselene, Jonathan, Anderson, Waleiska
306 e Thais. Em seguida, Marcel sugeriu que o Marques fosse o Coordenador da Comissão da
307 Audiência Pública. Por fim, Bruna colocou em votação os encaminhamentos acima — sem
308 ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **13. Apresentar o Plano Estadual de Direitos**
309 **Humanos para o sistema Justiça e Segurança Pública:** Anderson explicou que estava sendo
310 trabalhado por diversas instituições do Governo do Estado sobre um Plano Estadual de Educação
311 em Direitos Humanos e lembrou que há duas sessões houve uma deliberação do colegiado do
312 COPED se colocando à disposição para participar dessa reunião. Na última participação, foi
313 manifestada de forma ativa — com apoio do Dr. Rafael e a presidente da OAB PR, Marilena Winter
314 — sobre a importância, relevância e a necessidade do Plano Estadual em Direitos Humanos, após
315 o trabalho junto a UFPR e diversos outros atores, fosse apresentado à plenária do COPED para
316 análise e a emissão de uma Resolução, pois é importante que não seja apenas o Plano de um
317 Governo, mas sim uma Política de Estado — sendo esse, o entendimento de todos (as)
318 participantes do GT. Anderson informou também que na sequência do Plano haveria uma
319 capacitação para todo o Sistema de Justiça e o Sistema de Segurança — de forma integrada. **14.**



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Participação no evento dos conselheiros de Direitos Humanos da Região Sul, entre os dias 25 e 27 de novembro, em Florianópolis – SC, com a temática Fortalecimento dos Direitos

Humanos da Região Sul: Marcel destacou que a pauta, para além de informar, era para verificar a perspectiva de comprometimento da sociedade civil e governamentais do COPED entenderem a importância do apoio na realização desse evento junto a Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos — Regional Sul, onde seriam discutidos os desafios enfrentados por cada Estado em casos de violações de direitos humanos e na promoção de direitos humanos. Marcel informou que o evento seria realizado entre os dias 25 e 27 de Novembro na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e que quem fosse realizar palestra, a ALESC custeará o transporte e hospedagem, verificando dessa forma, a viabilidade da SEJUF custear o transporte, alimentação e hospedagem dos (as) demais conselheiros (as) que participarem do evento. Ademais, Marcel conclui que havia um indicativo de que os encontros fossem ampliados para todos os Conselhos de Direitos e quem pudesse comparecer (com recursos próprios) estaria convidado (a). Junior destacou que, se houver como a SEJUF custear, não há problema ou impedimento algum, sendo necessário apenas verificar como deve ser feito. **15. Participação do**

COPED no Evento ‘Migração’: Ana informou que o evento ‘Migração’ seria realizado na Praça Santos Andrade em parceria com vários movimentos de defesa de migrantes e refugiados, o CEIM, SEJUF, a OAB e diversos outros órgãos, sendo interessante que o COPED participasse e solicitou a logo do COPED para adicionar ao flyer do evento. Dessa forma, Bruna colocou em aprovação a participação do COPED no evento Migração — sem ressalvas, a participação foi aprovada por unanimidade. **16. Relatos das Comissões:** Bruna sugeriu que os critérios de participação das comissões fossem discutidos na Mesa Diretora e apresentados/aprovados em uma reunião extraordinária (*online*).

16.1 Comissão de Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e Monitoramento do Plano Estadual de Direitos Humanos:

Marcel informou que a comissão estava com os desafios do Plano Estadual de Direitos Humanos sendo articulados pela UFPR e na reunião deve ser trazida uma metodologia para poder ser levantada a forma em que foi tratado o Plano Estadual anteriormente, sendo duas propostas diferentes. Dito isso, Marcel recordou que a Lei do COPED também seria encaminhada em breve junto à Mesa Diretora. Roselene se colocou à disposição para participar da Comissão. **16.2 Comissão de**



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

349 **Atenção à População em Situação de Rua, Direito à Cidade e a Moradia:** Leonildo informou
350 que estava com um problema na SEJUF, pois foi articulado com o Ministério da Família um recurso
351 de 1 Milhão de Reais há um ano e estava sendo enrolado nesse tempo em que já se trocaram
352 secretário e diretores da SEJUF, sugerindo que o novo secretário seja convocado para uma
353 reunião para que se possa expor que a população de rua necessita com urgência desse recurso.
354 Além disso, Leonildo destacou a violência da Guarda Municipal de Curitiba e Região Metropolitana
355 e relatou que há alguns dias quebraram o braço de um homem na Rodoviária e de outro
356 quebraram o maxilar, ficando 03 dias internado, sugerindo que o COPED aja diretamente no
357 GAECO e na SESP exigindo o monitoramento da violência que a Guarda Municipal vem
358 exercendo, pois não é porque as pessoas não tem domicílio que devem ter seus direitos feridos e
359 seus bens roubados. Portanto, Bruna sugeriu que seja encaminhado um ofício para o MMFDH
360 sobre o recurso captado e seu estado atual, um ofício para a SEJUF sobre esse recurso, um ofício
361 à Prefeitura de Curitiba e à Prefeitura de Araucária sobre as ações truculentas das Guardas
362 Municipais, oficial novamente a FAS quanto as ações de combate ao frio. Leonildo complementou
363 que oficializar era necessário, mas também deveriam ser convocados os secretários das pastas
364 e o Diretor da Rodoviária para prestar esclarecimentos. Bruna sugeriu que fosse realizada uma
365 Audiência Pública e fossem convidados o CEIM, a SESP, os gestores dos Municípios da Região
366 Metropolitana e demais órgãos envolvidos, caso seja aprovada, também deveria ser feita uma
367 comissão para elaborar a audiência pública. Leonildo indicou que a questão poderia ser debatida
368 dentro da Comissão de Atenção à População em Situação de Rua, Direito à Cidade e a Moradia.
369 João informou que o recurso do *Housing Firts* não foi direcionado para outras ações porque sequer
370 foi realizado o convênio e que, ontem (06), o Defensor Antônio entrou em contato solicitando uma
371 agenda com o Secretário para que o programa fosse viabilizado. Da forma em que o projeto foi
372 proposto tornou-se totalmente inexecuível porque a legislação do Paraná se esbarra com a
373 legislação de Brasília, diversas incumbencias que não podem ser fiscalizadas pela SEJUF, desde
374 mobiliário e aluguel, sendo uma proposta complexa que seria alinhada, pois há um grande
375 interesse de implantar esse projeto no Paraná. Júnior colocou à disposição o Gabinete do
376 Secretário para avaliar a questão e discutir a forma de viabilizar esse convênio, sugerindo a
377 possibilidade de uma reunião com o Secretário na próxima semana para tratar a questão. Por fim,



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

378 Bruna colocou em aprovação os encaminhamentos acima — sem ressalvas, foram aprovados por
379 unanimidade. **16.3 Comissão de Combate ao Racismo e em Defesa dos Povos Tradicionais**
380 **e das Religiões de Matríz Africana:** Não houve relato. **16.4 Comissão de Denúncias:** Ana
381 informou que a comissão estava enfrentando dificuldades para se reunir e estavam presentes na
382 reunião somente ela e o Anderson, ou seja, somente a OAB. Em seguida, Ana relatou que
383 houveram somente duas denúncias concentradas de agosto e setembro, uma é o caso do
384 Vereador de Apucarana acusado do crime de Pedofilia em decorrência de investigação do
385 Ministério Público de Apucarana. A providência proposta foi a realização de uma visita
386 emergencial para verificação do motivo da inércia de mais de 01 ano das apurações dessa CPI.
387 Além disso, houve um áudio vazado de outro político pedindo que a CPI fosse barrada em face
388 ao período de eleição, porém, envolve criança e os dados são sigilosos, sendo necessário o
389 COPED investigar essa questão. A comissão encaminhou o seguinte parecer: “A *Comissão de*
390 *Denúncias requer a verificação da remessa do protocolo a Câmara de Vereadores de Apucarana*
391 *solicitando informações sobre a existência de pedido de cassação, em caso positivo, solicita-se o*
392 *retorno da resposta ou ausência da sua manifestação por parte da Câmara de Vereadores, em*
393 *caso negativo, reitere-se a solicitação de informações sobre a existência de pedidos de*
394 *cassação.”. Ana informou que há um áudio de um colega do vereador pedindo que a CPI fosse*
395 *barrada. Bruna complementou que a denúncia é referente a um vereador da base aliada do*
396 *Prefeito e o próprio solicitou junto ao Presidente da Câmara que o processo de investigação não*
397 *fosse aberto, não sendo somente a Câmara Legislativa, mas o Administrativo também deve ser*
398 *atuado. Portanto, Ana solicitou que a situação fosse averiguada e solicitado ao Ministério Público*
399 *se há algum procedimento em andamento. Bruna destacou que o caso é grave e como não vieram*
400 *provas, a comissão deve encaminhar um ofício ao denunciante solicitando provas para que seja*
401 *dado prosseguimento ao caso. Waleiska pontuou que na Comissão de Monitoramento são*
402 *recebidas diversas denúncias e quando se depara com a situação semelhante, é encaminhado*
403 *um e-mail na tentativa de instruir o máximo possível com delicadeza solicitando mais elementos*
404 *e subsídios para a denúncia e providências adequadas, sem parecer que está duvidando do*
405 *denunciante, mas expondo a necessária de mais informações. Ana reiterou o encaminhamento*
406 *dado pela Waleiska e relatou o próximo caso, de um servidor público de Araucária que, segundo*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

407 ele, foi exonerado por questões de assédio moral e homofobia e que deveria ser criado um *e-mail*
408 padrão, institucional e instrutivo para atender esses casos que não são competência do COPED.

409 **16.5 Comissão de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade:** Waleiska relatou
410 que a primeira situação era referente a um documento recebido pela Frente de
411 Desencarceramento do Paraná onde foram pontuadas uma série de violações que vêm sendo
412 sofridas pelas famílias de pessoas privadas de liberdade, desde a espera desumana no frio e na
413 chuva, proibição de entrar com agasalhos e diversas questões que são compreensíveis do ponto
414 de vista da segurança, mas seria preciso encontrar soluções para não violar essas famílias. Neste
415 documento, para cada problema são apontadas soluções e todas elas quando foram debatidas na
416 Comissão foram entendidas como pertinentes, o documento não foi enviado somente para o
417 COPED, mas para todos os órgãos de controle do sistema de privação de liberdade, Ministério
418 Público, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Defensoria Pública, Tribunal de
419 Justiça, órgãos estaduais e nacionais. Portanto, por concordar e buscar fortalecer o que eles
420 pleiteiam, a Comissão sugeriu que seja feito um encaminhamento de um ofício subscrevendo o
421 documento para todas as entidades. Rute solicitou que o documento fosse lido porque não poderia
422 ser deliberado sem todos (as) terem conhecimento do seu conteúdo. Waleiska realizou a seguinte
423 leitura: “*O Ofício foi enviado para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária,*
424 *Departamento Penitenciário Nacional, Vara de Execução Penal de Curitiba, Ministério Público*
425 *Estadual, GMF-TJ, Conselho Penitenciário Estadual, Federação dos Conselhos da Comunidade,*
426 *Conselho da Comunidade de Curitiba, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Comissão de*
427 *Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Ouvidoria de Saúde da Prefeitura de Piraquara,*
428 *Conselho Regional de Assistência Social. Acontecimento 01: Registrado no mês de Setembro de*
429 *2022 com a porta entre a entrada do prédio que dá acesso à sala de espera com policial penal*
430 *fiscalizando, impossibilitando a entrada dos visitantes como era anteriormente em que familiares*
431 *aguardavam os procedimentos na Sala de Espera. Procedimento atual: Policial Penal liberava*
432 *apenas 10 em 10 familiares, a longa espera dos procedimentos em torno de 04 horas com a*
433 *chegada às 08 horas da manhã na fila, chegando a visita do prédio às 12 horas, sem possibilidade*
434 *de aguardar na sala de espera, familiares ficam no frio e na chuva, em dias frios em torno de 4º.*
435 *Recomendação: Que os familiares aguardem dentro da Sala de Espera, prédio este que foi*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

436 *construído pelo Conselho da Comunidade com o objetivo de acolher os familiares de pessoas*
437 *privadas de liberdade.”.* Durante a leitura, Waleiska indagou se a Comissão não teria autonomia
438 para tratar o conteúdo e somente trazer à plenária seu encaminhamento. Bruna reiterou que sim
439 e, portanto, colocou em aprovação o encaminhamento sugerido acima pela Waleiska,
440 subscrevendo o documento para os mesmos órgãos em nome do COPED — sem ressalvas, foi
441 aprovado por unanimidade. Em seguida, Waleiska relatou sobre uma recomendação do CNDH e
442 lembrou que em 2019 aconteceu a aprovação de uma Emenda Constitucional que criou a Polícia
443 Penal no Brasil transformando todos os servidores que eram agentes penitenciários, agentes
444 prisionais e similares que tenham adentrado por Concurso Público em policiais penais. Dessa
445 forma, caberia a cada estado recepcionar isso nas suas respectivas constituições estaduais e
446 regulamentar as atividades desses profissionais, porém, há um limbo e uma briga generalizada
447 entre policiais penais e outros servidores do Sistema Penitenciário que também pleiteiam
448 regulamentação, amparos constitucionais e etc. Portanto, o CNDH elaborou a Resolução Nº 32
449 dando uma série de sugestões para que a questão se resolva em âmbito nacional, recomendando
450 para Governos Estaduais, Assembleias Legislativas, Ministério Público do Trabalho e Ministério
451 Público Estadual, distribuindo as tarefas para que cada um faça sua parte e a questão resolva. A
452 sugestão de encaminhamento da comissão foi de que a Resolução seja encaminhada por meio
453 de um Ofício do COPED para cada um dos órgãos competentes do Paraná — Ministério Público
454 Estadual, Assembleia Legislativa do Paraná, Comissão de Direitos Humanos do Paraná da ALEP,
455 DEPPEN, SESP e Casa Civil — para que as providências fossem tomadas, bem como a
456 realização do Concurso Público. Por último, Waleiska informou que a Federação Estadual dos
457 Conselhos da Comunidade realizaria nos dias 24, 25 e 26 de Novembro o encontro estadual
458 destes conselhos e a ideia seria capacitar os (as) conselheiros (as) dessas comunidades, debater
459 os temas de enfrentamento do sistema penitenciário do Paraná, compartilhar as realidades de
460 cada região e etc. Dito isso, Waleiska informou que foi encaminhado um convite para que a
461 Comissão pudesse participar para acompanhar os debates, sendo essencial a participação do
462 COPED, por isso, Waleiska solicitou que o Conselho possa viabilizar sua ida como Coordenadora
463 da Comissão para o encontro. Marcel destacou que as datas coincidem com o evento em
464 Florianópolis e a ideia era de que houvesse o máximo de participação possível. Waleiska



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

465 respondeu que compreendeu esse ponto, mas de qualquer forma ela não teria disponibilidade
466 para participar do evento em Florianópolis e por isso, solicitou que o Conselho garanta a
467 participação da coordenadora da comissão neste evento em Foz do Iguaçu, pois a ausência do
468 COPED seria um prejuízo muito grande. **16.6 Comissão em Defesa da Cultura, Cidadania e**
469 **Economia Criativa:** Não se reuniu. **16.7 Comissão em Direitos Sociais, Saúde, Educação e**
470 **Segurança, e Defesa dos Direitos LGBTI+:** Não se reuniu. Entretanto, Rute solicitou que a Mesa
471 Diretora notificasse os (as) conselheiros (as) que fazem parte da comissão, pois não é possível
472 realizar as reuniões por falta de quorum — acima de tudo, virtual. Além disso, Rute indagou ao
473 Marques se existe a possibilidade de elaborar uma recomendação ou documento para que quando
474 se acolher um Boletim de Ocorrência onde a vítima esteja presente, seja portadora de Síndrome
475 de Down e tenha sido vítima de tentativa de estupro, a Polícia não faça juízo de valor e não diga
476 que o agressor é ‘gente boa’, indagando assim, que o agente apenas receba as informações e
477 registre o B.O.. sem emitir opiniões na presença da vítima. Bruna indicou que a questão pudesse
478 ser debatida na Audiência Pública de Erros Judiciários. **17. Informes Gerais:** Júnior informou que
479 até dezembro a SEJUF deixaria o Palácio das Araucárias, pois este seria reformado e o novo
480 destino seria provavelmente outro prédio mais ao Centro de Curitiba. **18. Encerramento:** Por fim,
481 Bruna agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho
482 Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná — COPED/PR. A presente ata foi lavrada
483 por Davi da Rosa.